



Universidade, Gênero e Sustentabilidade: o Design como meio de resistência e pertencimento

University, gender and sustainability: Design as a means of resistance and belonging

Santos, Clara Terra Rayol¹, Noronha, Raquel Gomes²

¹Universidade Federal do Maranhão, Graduanda, clara.rayol@discente.ufma.br

²Universidade Federal do Maranhão, Doutora, raquel.noronha@ufma.br

Resumo. *Este artigo propõe uma análise crítica do Antropoceno universitário a partir da trajetória de uma aluna em cursos da área STEM, que, ao não encontrar condições de permanência sustentáveis, migra para o campo do design. A experiência pessoal é utilizada como método crítico para revelar a insustentabilidade social de ambientes acadêmicos estruturados no paradigma da exclusão. A pesquisa, orientada por perspectivas interseccionais e decoloniais, articula gênero, sustentabilidade e design político, defendendo que a permanência de corpos dissidentes no ensino superior é um indicador vital de sustentabilidade social.*

Palavras-chave. *design político; gênero; sustentabilidade social; ensino superior.*

Abstract. *This article presents a critical analysis of the dynamics of the so-called “university Anthropocene” through the trajectory of a student in STEM programs, who, facing the absence of sustainable conditions for remaining, migrates to the field of Design. The research employs personal narrative as a critical method to expose the social unsustainability of academic environments structured around exclusionary paradigms. Grounded in intersectional and decolonial perspectives, the study articulates gender, sustainability, and political design, arguing that the persistence of dissident bodies in higher education is a vital indicator of the university’s social sustainability.*

Keywords: *political design; gender; social sustainability; higher education.*



1 Introdução

As universidades, frequentemente idealizadas como espaços neutros e meritocráticos, são também cenários silenciosos de colapsos não reconhecidos. A noção de sustentabilidade universitária, embora presente em políticas institucionais, é muitas vezes reduzida à sua dimensão ecológica e econômica, negligenciando a sustentabilidade social, isto é, as condições concretas de permanência, inclusão e bem-estar dos sujeitos que compõem esses espaços. Para Manzini (2008), pensar sustentabilidade exige considerar sistemas vivos e suas relações de interdependência, incluindo as redes sociais que tornam possível a continuidade da vida em comum.

Essa negligência se torna ainda mais alarmante quando observamos os dados: segundo pesquisa de Franco e Puglia (2023), ao menos 6 em cada 10 estudantes universitárias na América Latina relatam ter sofrido algum tipo de violência durante sua trajetória acadêmica, revelando que a permanência não é apenas uma questão de bolsas ou editais, mas uma batalha diária contra as violências simbólicas, institucionais e interpessoais que atravessam os corpos dissidentes e minorizados.

Este artigo emerge da análise crítica de uma trajetória acadêmica que atravessa cursos da área STEM e culmina no campo do design. Importa destacar que este texto não se configura como um estudo de caso tradicional, mas sim como uma revisão bibliográfica crítica fundamentada em uma narrativa autoral situada. A experiência é aqui mobilizada como ferramenta de leitura estrutural: um sintoma das dinâmicas de exclusão e insustentabilidade que permeiam o ensino superior contemporâneo.

A passagem por diferentes áreas do conhecimento expõe não apenas a rigidez de certas epistemologias, mas também os mecanismos sutis, e nem tão sutis, de expulsão de corpos que não se encaixam na norma. Como propõem Flesler, Neidhardt e Ober (2021), a pedagogia feminista no design não se faz por fórmulas prontas, mas na capacidade de sustentar o desconforto e abrir espaços para a diferença.

A migração de áreas das ciências exatas e tecnológicas para o design é entendida, neste contexto, como um gesto político, uma escolha forçada, mas também insurgente, diante da impossibilidade de permanência em ambientes onde a diferença é sistematicamente silenciada ou punida. Em muitos cursos das áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), a presença de mulheres e dissidências de gênero ainda é marcada por isolamento, assédio, discriminação e constante deslegitimação de suas capacidades. Esses espaços, moldados historicamente por lógicas patriarcais e meritocráticas, frequentemente operam pela exclusão simbólica, apagando saberes que não se alinham ao paradigma técnico-racional dominante.

A decisão de mudar de curso, portanto, não decorre de uma simples insatisfação acadêmica, mas de um acúmulo de violências cotidianas que tornam a continuidade insustentável, emocional, ética e politicamente. Nesse cenário, o design surge como território possível para a reconfiguração de si e do mundo, abrindo margem para outras



epistemologias, outras formas de produzir conhecimento e outras maneiras de existir. Assumir essa mudança é afirmar que certos espaços, tal como estão constituídos, não são neutros nem inclusivos, e que recusá-los também é uma forma de resistência.

O design, tradicionalmente visto como prática estética ou funcional, é aqui abordado como tecnologia de cuidado e resistência, como propõe Maria Puig de la Bellacasa (2017). Em tempos de múltiplos colapsos, ambientais, sociais e epistemológicos, repensar a sustentabilidade universitária exige deslocar o foco da mera preservação institucional para a criação de condições efetivas de existência plural. Não se trata apenas de garantir acesso, mas de cultivar permanência com dignidade.

A partir das experiências no âmbito do projeto Gender Hubs: Laboratórios de Acompanhamento, Análise e Prototipação de Políticas Universitárias¹ direcionadas à Equidade de Gênero por meio do Design, da qual as autoras são integrantes, o artigo entrelaça a autoreflexão de uma das autoras à experiência de discussões teóricas empreendidas no grupo de pesquisa NIDA da Universidade Federal do Maranhão, no âmbito de práticas feministas de ensino a partir do conceito de prototipação de políticas institucionais de gênero.

Assim, este artigo se insere como um gesto de recusa e de proposição: recusa à insustentabilidade normalizada, proposição de mundos por vir, mundos onde todas as existências possam permanecer, resistir e florescer. Inspirada em Donna Haraway (2023), esta escrita assume a tarefa de “ficar com o problema”, habitando as zonas de tensão como espaços férteis de criação política. Prototipar permanências, nesse contexto, é também prototipar futuros possíveis.

2 Sustentabilidade e Cuidado como Práticas Políticas

Pensar a sustentabilidade universitária a partir de uma perspectiva de gênero, interseccionalidade e decolonialidade exige confrontar as bases fundantes do ensino superior moderno e suas lógicas de exclusão. bell hooks (1994) nos lembra que a educação não é um campo neutro: é um território político onde se reproduzem, ou se contestam, as hierarquias sociais. Ao abordar a sala de aula como um espaço de possibilidade radical, hooks propõe uma pedagogia engajada, que valoriza a experiência vivida, sobretudo de mulheres negras, como saber legítimo. Esse ponto de partida permite compreender como a universidade, ainda hoje, opera sob estruturas que silenciam, violentam e excluem.

No debate contemporâneo sobre crises globais e suas raízes, Donna Haraway (2023), ao nomear nossa era de Capitaloceno, desloca a responsabilidade da devastação ecológica e social da figura abstrata da “humanidade” para sistemas históricos concretos: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Haraway nos convida a ficar com o problema, ou seja, a recusar soluções rápidas e enfrentar as complexidades do presente com pensamento tentacular, cuidado e responsabilidade relacional. Esse convite ressoa

¹ Projeto de pesquisa aprovado pelo edital Universal do CNPq de 2023.



fortemente com o campo do design crítico e com a busca por formas sustentáveis de permanência universitária.

Dialogando com essa perspectiva, Danowski e Viveiros de Castro (2014) exploram a iminência do colapso civilizatório como crise de imaginação política. A pergunta “que mundo a universidade ajuda a sustentar?” emerge com urgência. Quando os corpos dissidentes são sistematicamente expulsos, por *burnout*, violência simbólica, racismo, LGBTfobia ou misoginia institucional, não há sustentabilidade possível, nem social nem epistemológica. Trata-se, portanto, de um problema de projeto: o que estamos projetando quando projetamos educação superior?

É nesse ponto que o design como campo epistêmico entra com força. Arturo Escobar (2016) propõe um deslocamento radical da prática projetual: do design para o design ontológico. Isso significa não apenas desenhar soluções para problemas, mas reimaginar os próprios modos de existência, reconhecendo a interdependência entre saberes, territórios e corpos. A proposta de Escobar encontra potência quando pensamos a universidade não como uma estrutura rígida e universal, mas como um ecossistema que pode ser redesenhado a partir da diversidade de mundos que abriga, ou que os exclui.

Ezio Manzini (2008) argumenta que não pode haver sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade social. Sistemas sustentáveis, para eles, são aqueles que acolhem a complexidade das relações humanas e promovem a equidade. Essa visão amplia a noção de sustentabilidade para além de métricas técnicas ou ecológicas, e a aproxima de um compromisso ético-político com a justiça social. A universidade, enquanto sistema, só será sustentável quando for capaz de criar condições de permanência digna para todos os seus corpos.

Em consonância, Maya Ober (2022) nos lembra que o design historicamente foi (e ainda é) atravessado por estruturas patriarcais e eurocentradas. Para Ober, praticar design feminista é desconstruir a neutralidade projetual e assumir o desconforto de trabalhar a partir das margens. Isso significa aceitar que o design, quando utilizado como ferramenta de crítica social, é também um instrumento de dissidência.

Nesse mesmo espírito insurgente, Noronha (2025) reforça a necessidade de tensionar metodologias dominantes a partir de uma escuta situada dos saberes e fazeres das mulheres. Ao articular práticas artesanais com abordagens decoloniais do design, a autora denuncia como as estruturas patriarcais e capitalistas desvalorizam conhecimentos femininos, racializados e territoriais, e aponta que apenas por meio de metodologias críticas e colaborativas é possível sustentar processos de autonomia e pertencimento. Assim, pensar design feminista exige não apenas revisar práticas pedagógicas e institucionais, mas também reposicionar o conhecimento como uma construção situada, interseccional e coletiva.

A esse debate soma-se a contribuição de Maria Puig de la Bellacasa (2017), que introduz a noção de “cuidado” como prática epistemológica. Para a autora, cuidar não é apenas um gesto afetivo, mas um ato de manutenção de mundos. Incorporar o cuidado como categoria analítica e ética no ensino superior é reconhecer que a permanência de



estudantes, especialmente os mais vulnerabilizados, depende de redes de apoio, escuta, materialidade e tempo. Cuidar é sustentar, e sustentar é resistir.

Nesse mesmo tom, Silvia Franco e Maximiliano Puglia (2023) evidenciam como a violência institucional, a negligência emocional e o assédio simbólico são causas estruturais do abandono universitário, especialmente entre estudantes de grupos minorizados. O estudo revela que a permanência é mais do que uma questão econômica: é uma questão de segurança ontológica. Sentir-se fora do lugar, invisível ou ameaçado, mina a possibilidade de aprendizagem e florescimento.

Por fim, a proposta de Suvi Pihkala e Helena Karasti (2016) amplia o campo do design participativo ao propor um engajamento reflexivo e situado. Em vez de importar soluções, trata-se de co-construir práticas a partir do que emerge localmente: afetos, histórias, saberes. Essa abordagem permite que o design seja não apenas reativo, mas propositivo, abrindo espaço para imaginários alternativos e insurgentes dentro da universidade.

Este referencial teórico sustenta, portanto, uma abordagem interdisciplinar que articula feminismo, decolonialidade, ecologia política e design crítico. Ao reconhecer o design como tecnologia de cuidado e criação de mundos, e ao considerar o ensino superior como espaço político em disputa, este trabalho propõe a permanência dissidente como uma forma de sustentabilidade radical. Ou, nas palavras de Haraway, como um compromisso com aquilo que ainda pode vir a ser.

3 Abordagem Metodológica

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítica, orientada pela prática da reflexividade engajada, conforme proposta por Pihkala e Karasti (2016). A experiência acadêmica da primeira autora, atravessada por trajetórias em cursos da área STEM e posterior migração para o design, é mobilizada como campo de análise das dinâmicas de exclusão estrutural no ensino superior. Tal análise se articula à participação no projeto Gender Hubs, vinculado ao grupo de pesquisa Narrativas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA), especialmente por meio de atividades desenvolvidas em uma disciplina de design gráfico com ênfase em práticas socialmente engajadas. Nesse contexto, a construção coletiva realizada no grupo de pesquisa amplia o escopo da autorreflexão, ancorando-a em epistemologias críticas e feministas do design.

O método combina narrativas autobiográficas com reflexão crítica situada, entendendo o relato pessoal não como testemunho isolado, mas como produção de conhecimento enraizada em contextos históricos e políticos. A pesquisa reconhece o envolvimento do sujeito pesquisador como parte ativa das relações que descreve, compreendendo a experiência vivida como elemento constitutivo e transformador da prática investigativa.

As narrativas subjetivas, teóricas e práticas que se entrelaçam a seguir, como reflexão do artigo, acionam memórias pessoais e estudos bibliográficos nas áreas de design político, sustentabilidade social, estudos de gênero e decolonialidade. No âmbito do VII



Seminário do NIDA, realizado como etapa metodológica do projeto Gender Hubs, o design político foi discutido como eixo de enfrentamento às estruturas coloniais e como potência para imaginar outros mundos possíveis. Foram abordadas questões relacionadas às novas economias, ao mundo do trabalho, às interseccionalidades e às cosmopolíticas. Essas experiências se somam às ações do projeto de pesquisa, que em uma de suas etapas busca identificar os problemas relacionados à permanência de estudantes mulheres e pessoas trans no campus do Bacanga na Universidade Federal do Maranhão.

O intuito não é validar hipóteses, mas tensionar e reimaginar os modos de permanência acadêmica para corpos dissidentes. A partir da prática da reflexividade engajada, buscamos não apenas descrever realidades, mas intervir na construção de futuros possíveis, projetando o design como prática política capaz de sustentar existências plurais em meio ao colapso estabelecido.

4 Permanências e Exclusões

A permanência de dissidências de gênero nos cursos da área STEM não é uma questão individual de adaptação, mas um problema estrutural de exclusão normalizada. Esses cursos são atravessados por epistemologias que mascaram suas bases políticas sob o discurso da neutralidade técnica. A falsa ideia de que ciência é objetiva, universal e separada de questões sociais cria um ambiente onde tudo que escapa à norma, corpos racializados, feminilidades, sexualidades dissidentes, expressões não hegemônicas, é visto como ruído, excesso ou erro.

A literatura já aponta o caráter excludente desses espaços. O estudo de Silvia Franco e Maximiliano Puglia (2023) mostra que estudantes universitários da América Latina vivenciam formas diversas de violência simbólica e institucional que vão desde silenciamentos em sala até a negligência da saúde mental por parte das instituições. Essas experiências não são exceções, são o cotidiano de quem tenta existir em espaços desenhados para a homogeneidade.

No caso específico das áreas técnicas, a hostilidade ganha outras camadas. As exigências de desempenho, produtividade e competitividade funcionam como filtros não declarados, e a lógica da meritocracia reforça uma ideia de que quem não aguenta “não serve para aquilo”. O fracasso, então, nunca é lido como sintoma de uma estrutura excludente, mas como falha individual. Isso perpetua um ciclo onde quem adoece é responsabilizado pelo próprio adoecimento. Pouco se discute, por exemplo, o impacto psíquico de se estar constantemente em vigilância, tendo que provar competência, capacidade e pertencimento a todo instante.

Na própria trajetória de uma das autoras, foi percebido como a permanência nesses cursos exigia não apenas conhecimento técnico, mas um apagamento constante da subjetividade. Expressar vulnerabilidade era interpretado como fraqueza. Sentir medo ou ansiedade diante da pressão era sinal de que eu “não aguentaria o mercado”. O adoecimento não foi uma metáfora, foi físico, mental, real. O uso de antidepressivos e ansiolíticos tornou-se uma resposta ao colapso e, mesmo assim, a universidade seguia cega a isso. Nenhuma norma reconhece que a violência cotidiana também expulsa.



Essa realidade escancara a falácia da sustentabilidade universitária como está formulada hoje. A literatura que aborda sustentabilidade no ensino superior frequentemente se limita à infraestrutura física e aos recursos econômicos, como alerta Ezio Manzini (2008), quando critica abordagens que ignoram o tecido social e propõe pensar sustentabilidade a partir da reconstrução das relações humanas, das redes colaborativas e dos sentidos de pertencimento. Em cursos como os de STEM, no entanto, essas dimensões estão ausentes.

Donna Haraway (1995), ao criticar o ideal do sujeito científico descontextualizado, aponta que todo conhecimento é situado, e, portanto, todo projeto educativo que ignora os corpos e histórias de quem aprende está produzindo violência epistêmica. Essa violência opera silenciosamente nos currículos, nas metodologias, nas avaliações, nas relações hierárquicas entre docentes e discentes.

Aqui, em um posicionamento subjetivo, assumo a primeira pessoa: ao migrar para o campo do design, não fiz apenas uma troca de curso: performei uma recusa. Recusei a naturalização do sofrimento como parte do processo formativo. Recusei a ideia de que só permanece quem se adapta ao insustentável. No design, encontrei um espaço no qual era possível pensar o conhecimento como construção relacional, no qual o afeto e o cuidado não são descartáveis, mas partes da própria epistemologia. Uma certa forma de fazer e pensar o design permitiu reinscrever minha trajetória com outros sentidos.

Essa transição também revela a necessidade de um redesenho institucional. Como propõe Escobar (2016), é preciso deslocar o design de produto para o design de ontologias: pensar como os sistemas sociais e educativos definem quem pode existir, quem pode saber, e sob quais condições. Desnaturalizar a universidade como tecnologia social implica reconhecer que políticas institucionais de gênero não são opcionais, mas necessárias para sua transformação. Ela não é neutra: ela projeta mundos. E, hoje, projeta mundos onde muitas existências não cabem.

Portanto, a discussão sobre permanência precisa ser radicalizada. Falar de sustentabilidade sem falar de subjetividade é manter a exclusão funcionando sob verniz de inovação. Permanecer não é apenas continuar matriculada, é conseguir estar, viver, respirar, imaginar. E em muitos cursos de STEM, isso ainda é um privilégio de poucos.

5 Design como Espaço de Resistência

A transição para o design não foi apenas uma mudança de curso universitário, mas a entrada em uma ecologia distinta de práticas, saberes e modos de estar. Após anos em ambientes onde a normatividade era regra e a subjetividade era descartável, foi em abordagens críticas e feministas do design que encontrei um território possível de respiro e reconfiguração. O que estava em jogo não era apenas uma “identidade acadêmica”, mas a reconstrução de uma existência em ruínas, uma tentativa de permanência não no sentido da sobrevivência bruta, mas da reinvenção do viver.

No design, encontrei outras linguagens. Onde antes havia somente cálculos, desempenho e abstração, encontrei materialidades, imaginação, colaboração. A dimensão



sensível do projeto rompeu com a aridez do técnico. Não se trata de romantizar o campo, o design também carrega heranças colonialistas, patriarcais e excludentes, mas, de reconhecer nele uma fissura, uma oportunidade de reexistência.

A prática do design, especialmente quando atravessada por epistemologias feministas, decoloniais e ecoafetivas, abre espaço para subjetividades que foram silenciadas em outros contextos. Como afirmam Flesler, Neidhardt e Ober (2021), a pedagogia feminista em design não se limita a incluir “diversidade” em currículos, mas opera uma virada ética e política nos modos de ensinar, aprender e criar. Ela convida à escuta ativa, à partilha do desconforto, à problematização das hierarquias dos saberes. Em vez de normalizar o sofrimento como preço do conhecimento, ela o interroga.

Essa virada é radical porque propõe o cuidado como método. E aqui o cuidado não é um apêndice, é infraestrutura epistemológica. Como sustenta Maria Puig de la Bellacasa (2017), o cuidado é tanto uma prática quanto uma ética e uma ontologia: ele molda como conhecemos, nos relacionamos e criamos mundos. Pensar o design como tecnologia de cuidado desloca sua função clássica (resolver problemas) para uma função relacional: sustentar vidas.

Por isso, defendo que o design, quando praticado a partir dessas perspectivas, atua como uma contratecnologia institucional. Se a universidade hegemônica reproduz epistemes de controle, escassez e competitividade, o design contra-hegemônico inventa espaços de abundância afetiva, criação compartilhada e revalorização da experiência. Como propõe Escobar (2016), pensar design como ferramenta de transição implica desenhar mundos em que diferentes formas de vida possam coexistir.

Esta abordagem entrelaça-se com a crítica feita por Haraway (2023): não se trata de “salvar” ou “consertar” o sistema, mas de criar zonas de contato nas quais possamos tecer relações sustentáveis com as condições concretas de nossa existência. O design aqui não busca apagar o conflito, mas habitá-lo com responsabilidade, como uma prática tentacular que entrelaça afetos, políticas e materialidades.

Na universidade, isso significa romper com os modelos lineares de formação e abrir espaço para pedagogias da escuta, da vulnerabilidade e da transformação. Não há sustentabilidade institucional possível sem escuta das dores que a própria instituição produz. E, nesse ponto, o design pode ser uma chave de reinvenção, não porque soluciona tudo, mas porque permite imaginar o que ainda não foi autorizado a existir.

Por fim, essa parte da discussão propõe um deslocamento importante: a permanência não deve ser pensada como simples resistência à exclusão, mas como invenção contínua de modos de estar que escapem à lógica da produtividade e da normatividade. Permanecer, nesse contexto, é criar. É projetar mundos onde possamos caber. E isso, por si só, é um ato de profunda insurgência política.

6 Universidades e Design Possíveis

A noção de permanência costuma ser tratada como um dado: quem quer, fica. Quem desiste, não era “forte o suficiente”. Na UFMA, isso reflete-se no próprio lema



inscrito em seu brasão. “A vida é combate”, em alusão à Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias. E o poeta continua: “A vida é combate, Que os fracos abate, Que os fortes, os bravos, Só pode exaltar”. A lógica da grande narrativa épica do herói, da batalha, é aludida na representação tangível da instituição, sua marca visual.

Mas essa lógica meritocrática é uma cortina de fumaça que encobre os dispositivos estruturais de exclusão. A permanência, sobretudo para dissidências de gênero, não é uma questão de força de vontade, é uma negociação constante com sistemas que muitas vezes se organizam para expulsar aquilo que escapa à norma. Como argumentam Franco e Puglia (2023), a violência simbólica, institucional e cotidiana contra estudantes universitários na América Latina opera silenciosamente, minando a saúde mental, corroendo vínculos e interrompendo trajetórias.

Diante disso, é urgente deslocar a pergunta. Em vez de “por que não ficam?”, precisamos indagar “quem tem direito de permanecer, e sob quais condições?”. A permanência não é neutra: ela é seletiva, racializada, generificada, classista. É, portanto, um campo de disputa. E como tal, precisa ser desenhado. Não basta garantir acesso, é preciso garantir mundo. E mundo aqui se entende como ecologia de relações, cuidado, reconhecimento, segurança, imaginação.

Neste ponto, o design se apresenta como ferramenta estratégica de intervenção. Não porque oferece respostas prontas, mas porque permite especular, fazer perguntas e, assim, prototipar outras possibilidades. Ezio Manzini (2008) propõe que o design para sustentabilidade social se ocupe justamente da criação de “infraestruturas leves” que favoreçam modos de convivência mais justos e colaborativos. Infraestruturas essas que, no caso da universidade, podem significar desde políticas institucionais até dispositivos informais de apoio, como redes de acolhimento, metodologias sensíveis, currículos plurais.²

A permanência, então, transforma-se em projeto de design, mas não no sentido funcionalista de “solução de problema”. Trata-se de projetar com cuidado, com tempo, com escuta. Trata-se de desenhar ambientes em que a diferença não precise se justificar, nem se traduzir para ser aceita. Trata-se de imaginar uma universidade que não adoeça seus corpos dissidentes.

Essa dimensão do design como cuidado coletivo nos obriga a repensar o papel da comunidade acadêmica. Docentes, técnicos e estudantes não são apenas engrenagens de um sistema, mas agentes de sua transformação. O acolhimento não é um bônus afetivo, é uma tecnologia política. Como destacam Pihkala e Karasti (2016), o engajamento reflexivo

² Um exemplo institucional dessa construção é a criação recente, em 2024, da Diretoria de Diversidade, Inclusão e Ação Afirmativa (DIDAAF) da UFMA, que vem atuando na promoção de políticas voltadas à equidade de gênero, raça e orientação sexual. A diretoria desenvolve ações voltadas à permanência de grupos minorizados, ao enfrentamento de violências e à valorização da diversidade como patrimônio coletivo. Sua atuação reforça a ideia de que o design de ambientes acadêmicos mais justos também se realiza por meio da formulação de políticas inclusivas, sensíveis e transformadoras.



em processos de co-design implica reconhecer as assimetrias e responsabilizar-se por elas. Projetar com, e não para. Escutar o que não foi dito. Nomear o que sempre foi silenciado.

Essa perspectiva ecoa também nas proposições de Haraway (1995), quando ela fala dos “saberes localizados”. A permanência de estudantes dissidentes só será possível se os saberes que carregam forem reconhecidos como legítimos. Não basta tolerar suas presenças, é preciso reconfigurar os modos de conhecer. Isso significa romper com currículos eurocentrados, metodologias autoritárias, avaliações excludentes. Significa, sobretudo, admitir que a universidade atual não está “dando certo” para todo mundo, e que isso não é um problema individual, mas um projeto institucional.

Desenhar contra a expulsão é, portanto, trabalhar com o incômodo. É abrir brechas onde só havia muros. É criar zonas de experimentação, risco e afeto dentro de um sistema que valoriza a performance e o silenciamento. Não há fórmula. Há tentativa. Tentativa, como lembra Haraway (2023), é forma de pensamento tentacular, que erra, enrosca, reaprende. Permanecer, assim, é um verbo coletivo, e um projeto radical.

7 Redesenhando Permanências

Se a permanência é um projeto político, então o design pode ser sua linguagem insurgente. E, ao contrário do que a tradição funcionalista do design ensina, esse projeto não se organiza a partir da resolução de problemas objetivos, mas da escuta dos sintomas. Do incômodo, do desconforto, daquilo que escapa aos indicadores institucionais, mas grita nos corredores, nas evasões silenciosas, nos prontuários psiquiátricos de estudantes adoecidos. A proposta aqui não é sanear o sistema, mas radicalizar sua reinvenção, e o design, enquanto campo de experimentação situada, oferece ferramental, sensibilidade e método para isso.

O gesto político de “prototipar permanências” nasce justamente da recusa em aceitar a universidade como está. Ele se inspira em práticas já existentes, muitas vezes informais, marginais ou desvalorizadas, e as eleva à condição de tecnologia de resistência. Um exemplo disso são os espaços autogeridos por estudantes, onde se constrói cuidado coletivo, escuta ativa, redes de apoio emocional e pedagógico. São zonas temporárias de autonomia dentro da rigidez institucional. Esses espaços funcionam como laboratórios vivos de design político, porque ali se experimentam outros modos de viver a universidade, outras formas de permanecer.

Nesse sentido, a proposta de um design engajado, como aponta Maya Ober (2022), deve abdicar da neutralidade e assumir uma postura posicionada diante das injustiças. O designer não é um mediador imparcial, mas um agente implicado nas estruturas que deseja tensionar. Isso exige um reposicionamento ético e epistemológico: deixar de projetar sobre os outros para projetar com os outros e, muitas vezes, a partir dos outros. Esse é o princípio do co-design como ferramenta política: produzir com e para a diferença, e não apesar dela.

Tomemos como exemplo o redesenho de disciplinas em cursos universitários que incorporam metodologias ativas, rodas de conversa, trocas horizontais e experiências sensoriais. Quando uma professora decide abolir a avaliação numérica e propõe diários de



bordo, quando um grupo de estudantes organiza oficinas de cuidado e desabafo, ou quando um coletivo pauta acessibilidade digital nos projetos de design gráfico, tudo isso são formas de transformar a estrutura. São protótipos de permanência, mesmo que pequenos, mesmo que frágeis. Porque o que está em jogo não é a escala da transformação, mas sua potência de ruptura.

Essas práticas não operam sozinhas. Elas se alimentam de epistemologias contra-hegemônicas, como o pensamento decolonial (Escobar, 2016), que denuncia a colonialidade do saber presente nas universidades latino-americanas, e o ecofeminismo (Puig de la Bellacasa, 2017), que insiste na centralidade do cuidado e da interdependência como princípios de organização da vida. Ao incorporar essas perspectivas, o design se torna ferramenta de despatriarcalização da universidade: um modo de reorganizar tempos, espaços, relações e valores. Um modo de sustentar a vida, no mais radical dos sentidos.

A sustentabilidade universitária, portanto, precisa ser desessencializada. Não se trata de um conceito técnico, mas de um campo de disputas. Como Manzini (2008) sugere, a sustentabilidade social está ligada à capacidade de construir futuros desejáveis, e isso implica perguntar: desejáveis para quem? Com que corpos, com que epistemologias, com que narrativas? Não há sustentabilidade possível na qual só alguns podem permanecer. Na qual só alguns têm voz. Na qual só alguns podem criar. Uma universidade sustentável é, necessariamente, uma universidade múltipla.

Prototipar permanências é também redesenhar os modos de pertencimento. Muitas vezes, estudantes dissidentes não se afastam da universidade por incapacidade, mas por falta de espelhamento, por não se reconhecerem nos corpos docentes, nos conteúdos programáticos, nas estruturas de poder. Criar espaços em que essas presenças possam se ver refletidas, seja por meio de currículos inclusivos, políticas afirmativas reais, ou ações simbólicas de acolhimento, é parte do processo. É preciso deslocar a norma. Permitir que ela seja tensionada, deslocada, dissolvida. Permitir que outras estéticas, outras linguagens, outros modos de aprender e ensinar também tenham valor.

E aqui o design gráfico, visual e digital ganha uma camada importante: como os ambientes virtuais de aprendizagem são desenhados? Como são os cartazes de eventos? As identidades visuais dos cursos? Os sistemas de inscrição? Tudo comunica. Tudo molda o que é acolhido e o que é repellido. Um sistema de design que ignora a acessibilidade, que se ancora em códigos elitistas, que silencia vozes não normativas, contribui diretamente para a exclusão. Logo, o design é parte do problema, e por isso mesmo, deve ser parte da solução.

Nesse panorama, o papel da estudante-designer se torna central. Não mais como um executora de demandas, mas como uma articuladora de mundos possíveis. A experiência pessoal de migração de uma área técnica para o design, como a que atravessa este artigo, não é exceção. É sintoma de uma busca por espaços nos quais seja possível existir com dignidade, criar com liberdade, resistir com beleza. E o design, quando entendido como tecnologia de invenção de mundos, pode se tornar um abrigo. Não como zona de conforto, mas como zona de criação.



Ao compreender o design como espaço de articulação política, este artigo propõe uma prática que se faz nos interstícios: entre a norma e o desvio, entre a técnica e o afeto, entre o dado e a vivência. Prototipar permanências é nomear esse entre. E é nesse entre que moram as forças que podem refundar a universidade.

8 Epistemologia Feminista no Design: escutar, questionar e cocriar

O que se busca, como uma construção subjetiva no âmbito da produção científica, com um relato autoral, em primeira pessoa? Não estamos aqui em busca de generalização, mas, inspiradas por Ursula Le Guin (2021), intentamos contar histórias menores “as histórias dos grãos de aveia”, no lugar das narrativas épicas e meritocráticas. Assim, aqui apresentamos uma breve experiência coletiva, que inspira e é inspirada por relatos autoreflexivos, ao longo de nossas experiências mais gerais, no projeto de pesquisa Gender Hubs, que tem como objetivo geral prototipar políticas institucionais de gênero por meio do design participativo. Afetar e ser afetado é um movimento simpoiético, acionando mais uma vez Donna Haraway. O coletivo é afetado pelo individual e vice-versa, construindo as intersubjetividades. No âmbito da construção de uma universidade mais sustentável, do ponto de vista que defendemos neste texto, a construção de políticas deve confluir com os anseios situados, das/dos/des estudantes que vivenciam cotidianamente as adversidades e exclusões.

Nesta proposta, experimentamos o convite para uma abordagem feminista na pesquisa, advindas das práticas decoloniais de Ochy Curiel (2020), no âmbito da escuta e questionamento constantes em práticas de design participativo. Seguindo a militante e pesquisadora afro-dominicana, somos instigadas a refletir:

“Quais são os pontos de vista na pesquisa feminista [de design]? Quando estamos impondo o gênero na pesquisa [de design] e nos processos epistemológicos quando estudamos mulheres racializadas, especialmente mulheres negras e indígenas? Até que ponto estamos reproduzindo a colonialidade do poder, do conhecimento e do ser quando transformamos raça, classe e sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, de modo que deixamos de estabelecer uma relação entre essas realidades e a ordem mundial capitalista colonial moderna [em nossos processos de design]?” (Curiel 2020, p. 133, comentários adicionados por nós).

Essa proposta questionadora incitou as práticas de design que realizamos, a partir de jornadas em seis prédios na UFMA, no Campus do Bacanga. A turma de Projeto Gráfico I, foi convidada a escutar e questionar as problemáticas identificadas pelas pessoas estudantes que vivenciam as diversas realidades dos seis ambientes selecionados.

Inicialmente, os grupos da disciplina realizaram uma pesquisa teórica aprofundando e alinhando os conhecimentos teóricos sobre design e gênero e compartilharam, cada um, seu tema específico em forma de seminário: história; Interseccionalidades; corporalidades; espaços; decolonialidade; políticas institucionais.



Figura 1 – Fragmentos de escutas realizadas por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico I



Fonte: Alunos da disciplina de Projeto Gráfico I, (2025)

A segunda etapa foi a visita e escuta nos seis prédios selecionados, por serem os mais ocupados ou onde houvesse uma questão sensível ao tema. Como exemplo, o prédio do Curso de Educação Física, que pela exposição dos corpos pela natureza das atividades lá realizadas, inferimos que pudessem haver questões específicas. E acertamos. Os grupos fizeram roteiros e deveriam escutar dez pessoas.

No Núcleo de Esportes, emergiram falas sobre o incômodo com a vigilância e julgamento dos corpos, sobretudo, os femininos. Estudantes relataram sentir pressão estética dentro do curso de Educação Física, reforçada por estereótipos corporais. Paula³, por exemplo, afirmou que já se sentiu desconfortável com piadas e olhares por não ter o “corpo padrão” esperado para quem cursa licenciatura em Educação Física. Essa vigilância sobre o corpo feminino também apareceu na fala de Carolina, que reforçou a necessidade de maior respeito às vestimentas utilizadas nas atividades práticas, geralmente mais justas ou curtas.

³ Os nomes utilizados neste relato são fictícios, a fim de preservar a identidade das estudantes entrevistadas.



Figura 2 – Cartaz educativo sobre diversidade de gênero, elaborado por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico I



Fonte: Alunos da disciplina de Projeto Gráfico I, (2025)

São experiências que revelam a topofobia, o medo ou desconforto gerado por determinados espaços, quando o ambiente universitário se transforma num território hostil para a corporeidade dissidente.



No prédio do BICT, Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, onde se concentram cursos de Engenharia, as entrevistas revelaram tanto a precariedade da infraestrutura quanto o desconforto social. Um estudante relatou sentir-se completamente desconectado e inseguro em todos os espaços do prédio. Além da ausência de espaços de acolhimento, a arquitetura inóspita e os corredores desertos evocam um sentimento constante de alerta. Aqui, a topofobia aparece como uma resposta visceral ao descaso físico e simbólico: são espaços não pensados para o bem-estar de todos, mas moldados segundo uma ideia funcionalista, técnica e excludente de permanência.

Figura 3 - Infográfico denunciando a presença do assédio no campus produzido por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico I



Fonte: Alunos da disciplina de Projeto Gráfico I, (2025)

Já no CCH, Centro de Ciências Humanas, embora alguns entrevistados tenham mencionado um ambiente mais amistoso, as falas também apontaram problemas estruturais, como salas interditadas, escassez de espaços adequados para estudo coletivo



e a ausência de acessibilidade. A memória de um caso de assédio dentro do prédio também foi resgatada, mas acompanhada da atuação coletiva do centro acadêmico para proteger a vítima. Nesse caso, o espaço transita entre a topofobia e a topofilia, os afetos negativos provocados pelas falhas institucionais convivem com os afetos positivos gerados pela solidariedade entre estudantes.

Essa prática de escuta situada se alinha diretamente às pedagogias feministas e decoloniais mobilizadas por autoras como bell hooks (1994), que defende a sala de aula como “lugar de possibilidade”, um espaço onde a experiência vivida se torna um saber legítimo, e o afeto, uma ferramenta política. Ao colocar as subjetividades no centro do processo, as escutas coletivas tensionam a epistemologia universalizante que ainda rege o espaço universitário, abrindo caminho para outras formas de produção de conhecimento.

Figura 4 - Cartilha educativa produzida por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico I

Definições

Vamos entender as definições das seguintes palavras:

Assédio:

É um comportamento invasivo que ultrapassa os limites do respeito e da dignidade da outra pessoa, pode ser com palavras, gestos, ou escritas que possam trazer danos à autoestima de alguém.

Preconceito:

O preconceito é um julgamento formado antecipadamente, pode ocorrer para com uma pessoa ou um grupo de pessoas de determinada: Raça, gênero, religião orientação sexual, sexo, crenças, classe social, deficiência, nacionalidade, valores.



2

Fonte: Alunos da disciplina de Projeto Gráfico I, (2025)

Na mesma direção, Maria Puig de la Bellacasa (2017) propõe o cuidado como prática epistemológica. Ouvir, neste contexto, torna-se um ato de cuidado, um modo de sustentar mundos frágeis e resistir às estruturas que nos adoecem. Suvi Pihkala e Helena Karasti (2016) complementam essa visão ao proporem o engajamento reflexivo como base



para práticas projetuais críticas e transformadoras. Aqui, a escuta não é coleta de dados: é envolvimento com o território, com os corpos, com os afetos.

Assim, ao mobilizar o design como prática situada e relacional, essas escutas nos mostram que o espaço não é dado, mas construído, e que essa construção pode (e deve) ser coletiva. O que se realiza, portanto, é um exercício de design como cuidado, como propõe Escobar (2016), no qual escutar é o primeiro gesto projetual.

Figura 5 - Página inicial do site “Pesqueerse”, desenvolvido por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico



Fonte: Alunos da disciplina de Projeto Gráfico I, (2025)

Cabe ressaltar que, embora estas práticas tenham gerado resultados significativos, optamos por não aprofundá-las neste artigo. Por sua riqueza metodológica e potencial analítico, essas experiências projetais serão desdobradas em um segundo artigo, com foco na apresentação detalhada de cada processo e seus desdobramentos pedagógicos.

9 Considerações Finais: permanecer é um verbo coletivo

Permanecer nunca foi um gesto solitário. Em uma universidade que tantas vezes opera como máquina de esvaziamento de corpos, de sentidos, de possibilidades, continuar existindo ali é, para muitas pessoas, um ato radical. Um corpo dissidente que decide ficar já está projetando um outro mundo. E esse projeto é político, é coletivo e, sobretudo, é urgente.

Ao longo deste artigo, acompanhamos o percurso de quem precisou sair para continuar. De quem enfrentou o colapso silencioso de cursos técnicos dominados por lógicas hostis, masculinidades tóxicas e pedagogias excludentes, até encontrar no design uma brecha de respiração. Mas essa brecha não surge por acaso. Ela é escavada com luta, com sensibilidade, com desejo. E é aí que o design se revela, não como ornamento ou



solução superficial, mas como campo de criação de mundos, como tecnologia de insurgência.

A permanência, entendida aqui como experiência social situada, não se garante com bolsas ou estruturas físicas apenas, ainda que estas sejam essenciais. Ela exige escuta, redistribuição de poder, revisão curricular, redes de cuidado, linguagem acessível, espaço para o erro, tempo para o luto, reconhecimento de saberes marginais. Permanecer é reencantar a universidade com aquilo que ela insiste em silenciar.

As escutas realizadas por estudantes da disciplina de Projeto Gráfico I, nos seis principais prédios da UFMA, revelaram com força essa urgência: ali, nos relatos colhidos, a universidade se mostrou em carne viva. Nos corredores do BICT, corpos se movem com medo; no Núcleo de Esportes, o próprio corpo se torna campo de julgamento; no CCH, a esperança coletiva convive com o abandono estrutural. Foi nesse gesto, ouvir com o corpo, mapear afetos, nomear a topofobia⁴, que se pôde experimentar uma pedagogia radical, encarnada nas teorias de bell hooks (1994), Haraway (2023) e Puig de la Bellacasa (2017). Aprendemos que o espaço universitário não é neutro, é uma prática. E pode ser redesenhado a partir das dores e potências de quem o habita.

Neste sentido, pensar em sustentabilidade universitária sem incluir o debate de gênero, raça, classe e territorialidade é não apenas insuficiente, mas perverso. É manter a ficção de uma universidade neutra e meritocrática enquanto corpos seguem desaparecendo de salas de aula, de centros acadêmicos, das estatísticas. É por isso que este trabalho defende uma virada epistemológica: sair da lógica da manutenção institucional e entrar na lógica da invenção relacional. Não se trata de adaptar pessoas ao sistema, mas de adaptar o sistema às pessoas. Às suas vidas, às suas dores, aos seus modos de estar no mundo.

Ao afirmar que o design pode ser ferramenta de permanência, não se está dizendo que ele salvará a universidade. Design não salva. Mas pode criar fissuras. Pode propor zonas de experimentação, fabulações situadas, escutas sensíveis. Pode colaborar com outras práticas pedagógicas, políticas, artísticas, para refazer os contornos do possível. E isso já é muito. Isso já é uma recusa poderosa ao colapso.

A metáfora do protótipo, neste texto, é mais do que uma técnica de design. É um modo de vida. Prototipar não é chegar pronto. É testar, errar, ajustar, refazer junto. É admitir que a permanência plena talvez nunca esteja “acabada”, mas esteja sempre em construção nos afetos, nas políticas, nos espaços que nos atravessam. Assim como não há um modelo único de universidade sustentável, não haverá uma única forma de sustentar vidas dissidentes nela. O que existe são tentativas. E cada tentativa conta.

⁴ Topofobia é um conceito apresentado por Edward Relph (1976) e retomado por Flesler e Spataro (2024) no contexto de cartografias afetivas do espaço universitário. Refere-se às reações emocionais negativas que indivíduos têm a certos lugares como medo, repulsa, desconforto, e tem sido utilizado em práticas de design participativo para mapear violências simbólicas e sensações de exclusão vividas no campus universitário.



Esse pensamento se articula com as ideias de Arturo Escobar (2016), quando propõe um design para a transição, não rumo ao progresso linear, mas à multiplicidade de futuros possíveis. Ou com Donna Haraway (2023), ao propor o “ficar com o problema” como ética de engajamento com a complexidade. Permanecer na universidade, para certas existências, é ficar com o problema todos os dias. É negociar com o cansaço, com a solidão, com a invisibilidade. E, ainda assim, criar. Ainda assim, amar. Ainda assim, inventar brechas.

Essa invenção não vem só dos “de cima”. Vem dos estudantes, dos coletivos, das professoras que desviam do protocolo, dos técnicos que acolhem, das redes informais que se criam nas sombras da formalidade. Esses são os verdadeiros agentes de sustentabilidade. Porque são quem sustenta o que a estrutura não dá conta. E são também quem pode desenhar o porvir.

Há, no entanto, um risco: o de capturar essas práticas, institucionalizá-las sem escuta, transformá-las em modismo ou manual. O feminismo já nos ensinou o perigo dos toolkits que tentam domesticar a radicalidade do cuidado (Flesler, Neidhardt & Ober, 2021). Por isso, é necessário cautela. A sustentabilidade que interessa não é aquela que entra nos relatórios, mas aquela que se sente no corpo. No corpo que respira sem medo. No corpo que aprende sem se mutilar. No corpo que permanece sem precisar se apagar.

Este artigo, ao misturar teoria e vivência, ao escrever com as vísceras e com a bibliografia, não pretende oferecer soluções definitivas. Ele quer apenas abrir espaço. Fazer uma fresta. Propor que a universidade não seja pensada apenas como instituição, mas como ecologia frágil, relacional, atravessada por histórias. E como todo ecossistema, ela só se sustenta se for diversa. Se acolher o que é outro. Se deixar de expulsar o que não se encaixa.

Se, como diz Maria Puig de la Bellacasa, o cuidado é uma ética de envolvimento com o mundo, então o design que cuida é aquele que se envolve com a permanência como política. Que projeta a universidade não como lugar de meritocracia e exaustão, mas como espaço de criação de vida. Uma vida que valha a pena ser vivida. Que valha a pena ser sustentada. Que valha a pena ser compartilhada.

É com esse compromisso que este artigo se despede como um protótipo em aberto, como uma aposta no ainda-não. E como um convite para que mais pessoas se juntem na tarefa de redesenhar a universidade como espaço de permanência, resistência e reinvenção.

10 Referências

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121–138.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.



ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Diseño: la realización de lo comunal**. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.

FLESLER, Griselda; NEIDHARDT, Anja; OBER, Maya. Not a toolkit: a conversation on the discomfort of feminist design pedagogy. In: MAREIS, Claudia; PAIM, Nina (orgs.). **Design struggles: intersecting histories, pedagogies and perspectives**. Amsterdam: Valiz, 2021. p. 205–225.

FLESLER, Griselda; SPATARO, Cecilia. A campus far removed: affect, genders, and space at Argentina's largest public university. *Gender & Development*, v. 32, n. 1–2, p. 353–377, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13552074.2024.2348393>. Acesso em: 10 maio 2025.

FRANCO, Silvia; PUGLIA, Maximiliano. Violencias en estudiantes universitarios de América Latina. Prevalencias y reflexiones sobre las comunidades universitarias que construimos. **InterCambios**. Dilemas y transiciones de la Educación Superior, v. 10, n. 1, p. 102–117, 2 dez. 2023.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 maio 2025.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

LE GUIN, Ursula K. **A teoria da bolsa de ficção**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

NORONHA, Raquel. **Decolonising Things, Recreating Worlds: A Feminist Design Critique in Cannibalised Contexts**. DESIGNABILITIES – Design Research Journal, Offenbach am Main, n. 7, p. 77–102, jan. 2025.

OBER, Maya. Design is not for the weak: on the use in design education. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 258–267, 2022. DOI: 10.12957/arcosdesign.2022.64291. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/64291>. Acesso em: 10 maio 2025.

PIHKALA, Suvi; KARASTI, Helena. Reflexive engagement: enacting reflexivity in design and for 'participation in plural'. In: **Proceedings of the 14th Participatory Design Conference: Full Papers-Volume 1**. 2016. p. 21–30.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. **Matters of care: speculative ethics in more than human worlds**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.



**X Simpósio
de Design
Sustentável**
Mundos por vir_

X SDS 2025 - Sustainable Design Symposium

**3 a 5
DEZ
2025**

São Luís - MA



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design



INSTITUTO
FEDERAL
Maranhão

RELPH, Edward. **Place and placelessness.** London: Pilon, 1976.